

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE OLINDA REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2017, NA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA.

Às 10:00h do dia quinze de maio de dois mil e dezessete, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, teve início a Audiência Pública sobre a Revisão do Plano Diretor de Olinda. **O vereador Jorge Federal assumiu a presidência e declarou aberta a Audiência Pública.** A mesa foi inicialmente composta pelas seguintes autoridades: VLADÉMIR LABANCA (vereador autor do pedido desta audiência), CLÁUDIA RODRIGUES (Secretária Executiva de Planejamento Urbano), FREDERICO GONÇALVES (Superintendente do CREA), ALEXANDRE DE MELO (SODECA – Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta), JORGE FEDERAL (vereador e presidente desta Casa), JESUÍNO ARAÚJO (vereador desta Casa) e MILENA CHAVES (Diretora de Planejamento Urbano). O Presidente concedeu a palavra ao vereador Vlademir Labanca. O vereador relatou a importância dessa audiência para fazer com que haja a inclusão do Poder Legislativo nesse debate do Plano Diretor. Mostrou preocupação para que certos temas estejam incluídos no Plano Diretor, tais como: PE-15, Sítio Histórico (transporte público, delimitação na entrada de veículos com uma possível taxa de entrada), Educação e Preservação Patrimonial. Fez uma explanação em slides, mostrando que o Plano Diretor é um instrumento para dirigir o desenvolvimento do Município nos seus aspectos econômicos, físicos e sociais, criado em 2004 com a Lei Complementar 026, alterada com pequenos ajustes em 2008. Disse que gostaria de saber quais são as principais modificações para os próximos 10 anos e se foi criado de imediato o Conselho de Desenvolvimento – CDU – como determina a lei e se este conselho está efetivamente participando da fiscalização do planejamento que foi criado há 4 anos. Também gostaria de saber quais os critérios utilizados para a regulamentação das Zonas, as metas alcançadas, sobre os principais conflitos nos segmentos sociais e sobre os assentamentos precários. Finalizou dizendo que o Plano Diretor é um tema polêmico, mas um instrumento de planejamento muito importante para a cidade. O Presidente concedeu a palavra à Secretária Executiva de Planejamento Urbano, Cláudia Rodrigues. **SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO URBANO (CLÁUDIA RODRIGUES):** *“Bom dia a todos. Queria primeiro agradecer ao Presidente Jorge Federal pelo convite de participar dessa audiência hoje, haja vista a importância do tema. O Plano Diretor é o instrumento mais importante do planejamento urbano e em especial ao vereador Labanca pela oportunidade de se explicar em que momento estamos no processo de revisão do plano diretor. Esse processo se iniciou no primeiro trimestre do ano passado, em março de 2016, foi apresentado numa audiência pública o plano de trabalho e nós conseguimos concluir até o final do ano três etapas, que serão apresentadas detalhadamente daqui a pouco e vocês vão conseguir perceber o que já foi feito e o que falta ser feito. É importante dizer que o prefeito definiu, na semana passada em uma reunião de secretariado, as ações que vão ser monitoradas pela Prefeitura como as principais, e da nossa Secretaria de Meio Ambiente Urbano e Natural a retomada e conclusão da revisão do plano diretor foi definida como meta prioritária e em seguida a revisão das outras ações urbanísticas. Quero agradecer a André Botelho, ele não teve condições de estar presente porque quando ele foi convidado já tinha outro compromisso na mesma hora, mas por essa prioridade que ele está dando ao planejamento urbano, porque a secretaria é uma secretaria complexa, nós temos o planejamento urbano, temos também outras duas executivas, que é o de planejamento ambiental e de controle urbano ambiental, com várias necessidades e ele deu essa prioridade ao planejamento urbano, que eu agradeço. Eu vou convidar para apresentar esse trabalho, quer dizer, o resumo de tudo o que foi feito, com detalhes, as etapas, os produtos apresentados e o que falta ser feito, que é a nossa próxima meta, a nossa diretora de planejamento urbano, Milena Chaves, que é arquiteta e servidora pública municipal e vivenciou todo esse processo, com certeza vai poder dar todos os detalhes do processo. Eu acho que a dinâmica poderia ser assim, Labanca, a gente podia comentar depois da apresentação, porque talvez muito do que foi comentado na apresentação já tire algumas dúvidas de todo mundo e depois a gente comenta, porque essas perguntas têm muito a ver com o que*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

*já foi discutido no plano.” Com a palavra, a Diretora de Planejamento urbano, Milena Chaves, **DIRETORA DE PLANEJAMENTO URBANO (MILENA CHAVES)**. “Bom dia a todos. Fiz um slide para vocês terem um panorama geral do que aconteceu no ano passado, o processo de revisão do Plano Direto. Antes, vou fazer alguns esclarecimentos, quanto à PE-15, à questão de transportes públicos no Sítio Histórico, casas abandonadas, educação patrimonial e zona rural. Esses assuntos foram discutidos nas oficinas em 2016, eram 8 temas, dentre eles: mobilidade urbana, patrimônio cultural e a gente levantou todas as potencialidades e problemas. Foi uma discussão, inclusive um levantamento que se começou no âmbito técnico das secretarias que fazem parte da PMO, mas que foi complementado com a participação da população, então a comunidade participou ativamente, trazia muita contribuição e algumas coisas inclusive geraram demandas imediatas. Mais do que isso de saber dos problemas, que acho que todo mundo acaba concordando, os problemas ficam muito à vista, mas são as soluções, as possibilidades. Então, muitas coisas interessantes surgiram nessas discussões do Plano Diretor, obviamente que há conflitos de grupos, mas a função do Plano Diretor é que haja um equilíbrio. Se a gente não consegue fazer uma legislação que ache um equilíbrio, resguardando o interesse público, que é o principal, a gente não consegue que ele seja feito com que ele seja de fato implementado. Então, a gente teve esse processo todo de discussão e basicamente a alma do Plano Diretor, vamos dizer assim, foi pactuada com a sociedade. Toda essa discussão que houve, todas essas propostas, a gente tem essa visão, chegamos a um consenso. Agora, tem um caminho que não é tão fácil, que é o caminho de transportar o que é desejo, para a lei. A gente também discutiu os temas, foram divididos os temas nas salas, algumas pessoas participaram de determinados temas, outras de outros. O documento que gerou, que finalizou, que é o Diagnóstico, foi um documento muito rico. Inclusive, todas as perguntas daqui são respondidas se você ler o documento Diagnóstico e Propostas Preliminares. Então para cada tema desse tem uma síntese. Mas especificamente quanto ao Sítio Histórico, muitos daqui eu acho que participaram, participou da elaboração do Plano de Gestão do Sítio Histórico. Então, o Plano Diretor, quando a gente foi à discussão era mais uma ratificação das propostas do Plano de Gestão do Sítio Histórico. Claro, o Plano de Gestão, como já está dizendo, não é uma lei como o Plano Diretor, mas tem ali todo um detalhamento de necessidades e proposições pactuadas com a população. Quanto às legislações, como é importante saber, a grande importância do Plano Diretor, é como se fosse uma “Constituição” da parte urbanista da cidade, ela norteia as demais legislações. Então, a gente está atrasado na legislação na 4849, que a gente iniciou a revisão, entretanto quando a gente iniciou essa revisão, a gente viu a necessidade de se fazer o Plano de Gestão, a própria comunidade exigiu isso e aí a gente mudou o foco. Então, após a revisão do Plano Diretor, a gente terá que revisar a 4849, o Código de Obras, a Lei do Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo e outras legislações decorrentes. O Plano Diretor é a ideia macro, ele não vai chegar a nível de detalhamento em determinados assuntos, mas ele dá as diretrizes, as normas que a gente quer e como vai ser conduzido esse desenvolvimento do município. Houve uma falha no retroprojektor que eu iria passar os slides, mas então eu vou falar algumas coisas sobre o Plano. Primeiro, o Plano Diretor vigente foi aprovado em 2004 e ele foi alterado em 2008, então considerando o prazo legal de 10 anos, na verdade, 2018 é que seria o prazo limite, porque em 2008 apesar de ter sido alterações pequenas mais para ajustar as poligonais das macrozonas urbanas, porque a gente fez a lei de uso e ocupação do solo em 2008 e ela tinha que estar compatibilizada com o Plano Diretor, houve discussões, participação da população e tudo e houve essa revisão do Plano Diretor, mas foi uma revisão pequena, até porque só tinha se passado 4 anos e as mudanças não eram tão visíveis, então o Plano Diretor continuava, vamos dizer, atual. O processo da revisão do Plano Diretor, na verdade, a gente já conversou isso em 2015, a gente ia fazer um processo de licitação para uma equipe técnica para ajudar a gente na revisão e acabamos que uma equipe própria a gente fez e iniciou esse processo, e não com consultoria, então foi esforço muito grande para suprir essa necessidade. Em março de 2016, a gente elaborou o Plano de Trabalho, que foi apresentado na primeira audiência pública, que foi em 29 de abril de 2016. E aí a gente se*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

pergunta, por que continuar esse processo? Primeiro, porque é uma obrigatoriedade legal, o Plano Diretor tem que ser revisado, segundo o Estatuto da Cidade, uma legislação federal que trouxe várias inovações do ponto de vista urbanístico, instrumentos urbanísticos que propiciam a concretização da função social da cidade, é uma lei que instituiu vários desses instrumentos, a exemplo do IPTU progressivo, que quando você colocou a questão dos imóveis abandonados, o IPTU progressivo vai objetivamente combater essa ociosidade do imóvel. Então, a gente já tem regulamentado, inclusive, o IPTU progressivo, que se eu não me engano foi em 2014 ou 2015. Outro instrumento importantíssimo do Estatuto da Cidade que foi recepcionado no nosso Plano Diretor foi o Eive, que foi regulamentado, inclusive, em 2015. Então, esses instrumentos todos trazem um modo diferente de tratar a questão da propriedade, o direito do proprietário não pode estar acima do direito da coletividade. É importante que essa revisão do Plano Diretor se dê primeiro por essa obrigatoriedade legal. Segundo, para a gente se ajustar ao que é a realidade urbana de Olinda. Claro, de 2004 para agora, essa realidade mudou. Coisas boas e ruins aconteceram. A gente tem também a questão de impactos ambientais. O Plano Diretor quando delimita zonas específicas, que aqui a gente pode adensar, aqui a gente não pode, aqui tem que ser preservado, aqui a gente quer que tenha um uso estratégico, ele norteia tudo, inclusive a própria ação do Poder Público. Então, a importância pela obrigatoriedade legal, a importância para a gente se ajustar a esse novo cenário urbano, inclusive metropolitano, que a gente tem muita coisa que aconteceu, o norte metropolitano teve um desenvolvimento e a gente está nessa rota. Olinda está em uma situação central em que vai para cima, vai para baixo e gente está lá. Então, o Plano Diretor também tem que trazer um reflexo do que a gente pretende para o futuro da cidade. Por fim, não menos importante, o compromisso do Município de fazer com a população o Plano Diretor ter iniciado o processo e o processo precisar ser terminado. Então, quais foram os trabalhos que a gente desenvolveu? Primeiro, na Etapa 1, a gente teve o Plano de Trabalho, que foi aprovado no âmbito do conceito de desenvolvimento urbano, esse conceito foi instituído pelo Plano Diretor em 2004 e em 2008, quando teve a primeira revisão do Plano Diretor, foi ajustada a sua composição e ele tem funcionado, claro que a cada nova gestão a gente tem outros representantes. Entretanto, a gente viu nesse processo, inclusive na discussão do Plano Diretor, a gente sentiu a necessidade de ampliar a participação da sociedade civil na discussão do Plano Diretor. Então, por meio de decreto, foi instituída uma Comissão Especial para revisão do Plano Diretor, que nada mais é do que um foro ampliado do CDU. O CDU tem uma representatividade da sociedade civil, é praticamente paritário, porque são 23 membros, mas a comissão já foi no molde que o então governo federal, no ministério das Cidades, recomendava uma participação de 60% da sociedade civil e 40% do Poder Público. Então, essa comissão para revisão do Plano Diretor, a gente já seguiu essa proporção. A ideia era transformar o Conselho de Desenvolvimento Urbano em Conselho da Cidade e nisso foi discutido essa proporção. Porém, para adiantar, porque o CDU só pode ser modificado por meio do próprio Plano Diretor ou uma lei de mesma hierarquia. Então, a gente já fez por decreto essa comissão para poder avaliar o Plano Diretor. Então, houve a primeira audiência em 29 de abril, foi instaurada essa comissão especial para acompanhar o processo. Na segunda Etapa, a gente teve, após essa audiência a gente fez um relatório, também disponibilizou num site, que até hoje está aí para quem quiser pegar todos esses produtos, diagnósticos, relatórios e etc. A gente fez um processo de capacitação dos membros que eram participantes da comissão especial, na nossa secretaria de Meio Ambiente Urbano e Natural, e fizemos um relatório de caracterização do município, esse relatório serviu de texto-base para a discussão das oficinas. Então, a Segunda Etapa, que foi a realização da Oficina de Leitura Comunitária, que foi entre 21 e 22 de maio, teve exposições técnicas e debates temáticos, ou seja, primeiro a gente convidou algumas pessoas para discutir as várias questões que iam ser debatidas no Plano Diretor e depois fizemos as oficinas. Essa primeira etapa era para identificar problemas e potencialidades, não era proposição, por isso que a gente chama Oficina de Leitura Comunitária, porque foi através dessa oficina que a gente fechou o diagnóstico da realidade urbana do município de Olinda. Na Etapa 2, teve a sistematização e a elaboração desses relatórios, divulgando esses

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

resultados na oficina e teve também o processo de consulta pública, que foi de 4 a 18 de julho de 2016. Após isso, a gente teve reuniões com os técnicos da Prefeitura, no mês de outubro, e novamente reuniões com a comissão especial também no mês de outubro, para a gente traçar algumas diretrizes preliminares à proposições, para ser discutido na oficina da proposta, é essa que já seria a terceira etapa, ocorreu em novembro de 2016, nos dias 18 e 19. Sistematizados esses resultados, a gente fez a segunda audiência pública, apresentando então o documento Diretrizes Preliminares e Propostas. Para cada assunto há muita proposta e mesmo que não se transforme em proposta, você tem um diagnóstico e registro do anseio da população. Então, esse documento é muito importante e é muito importante que todo mundo se aproprie dele. Dessas Diretrizes Preliminares, a gente tem como conteúdo a atual ocupação do solo e desempenho do próprio Plano Diretor, houve também uma avaliação do que o Plano Diretor tinha atingido ou não, que também foi um questionamento seu feito aqui. E a estrutura geral do documento, a gente tem uma breve caracterização socioeconômica e tem o diagnóstico técnico comunitário. Os temas tratados foram: Elementos naturais e saneamento ambiental; Estrutura viária e mobilidade; Ordenamento territorial e instrumentos da política urbana; Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Econômico; Habitação; Segurança; Planos Urbanísticos; Programas especiais e investimentos, gestão e monitoramento. Após isso, para cada tema desse, a gente trouxe as Diretrizes Preliminares. E também a gente tem nesse documento alguns mapas para espacializar essas situações. O que seriam as próximas etapas? Pelo Plano de Trabalho aprovado, a gente teria que fazer então a versão preliminar do Plano Diretor e o anteprojeto de lei, realizar audiência abrir consulta pública e por fim realizar audiência pública de novo quando enfim tivesse compatibilizados todos esses resultados. Por fim, a gente chegaria à versão final desse anteprojeto de lei e encaminharia a essa Câmara Municipal para aprovação. Dentro desse Plano de Trabalho, é claro que a gente teve aí uma interrupção do processo, e a primeira coisa que a gente tem então como atividade a ser feita é a reavaliação desse plano de trabalho, então a gente precisa revisar o plano de trabalho, publicado no site oficial e a gente precisa fazer uma oficina de nivelamento, foi coisa que a gente viu. É importante que os novos gestores e uma oportunidade para quem não participou das reuniões de ter um nivelamento e saber mais esses produtos que foram conseguidos, que são esses diagnósticos e essas propostas preliminares, porque senão a gente não vai conseguir avançar, a gente vai ficar dando ré, então é importante que a gente tenha esse primeiro momento de nivelamento, então a gente pensa que haja umas oficinas de nivelamento, que depois a gente faça os relatórios com os resultados e aí sim a gente parta para a elaboração do anteprojeto. Para essa elaboração do anteprojeto de lei, a gente vai ter que ter novamente reuniões técnicas, novamente reuniões com a comissão especial, novamente audiência pública. Por fim, a gente chegar no formato geral do anteprojeto de lei para vir aqui para Câmara. Nesses cronogramas de atividade a gente prevê, é um cronograma inicial, que pode ser alterado com a elaboração do Plano de Trabalho, a revisão, mas a gente prevê em torno de 8 meses, a partir do início da retomada do processo. Bem, eu acho que deu para ter uma ideia geral e qualquer dúvida estarei aqui para tirar, se eu puder." O Presidente Jorge Federal registrou a presença do vereador Irmão Biá. O Presidente concedeu a palavra ao Superintendente do CREA, Frederico Gonçalves. Frederico falou sobre o engajamento do poder público com a sociedade civil dentro das discussões nas oficinas no ano passado. Ressaltou que o CREA participa pontualmente das discussões envolvendo questões urbanísticas do município de Olinda. Finalizou destacando a importância da sociedade civil estar presente nesta reunião, e relevou o desejo do CREA de participar de mais outras atividades da Prefeitura de Olinda. **O vereador Jesuíno Araújo assumiu a presidência da audiência.** O Presidente Jesuíno Araújo concedeu a palavra a Alexandre de Melo, da Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta. Alexandre destacou a importância do cumprimento e fiscalização das leis que já foram criadas. Destacou a relevância da preservação da área ambiental da zona rural do município e dos problemas que tal área enfrenta, como a grilagem. Finalizou falando sobre a perspectiva de que essa nova gestão assumira realmente esse novo Plano. Finalizada a fala dos representantes da Mesa, o Presidente Jesuíno Araújo falou sobre a atenção

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

especial de que a Zona Rural necessita, dentro dessas discussões do Plano Diretor. Disse que estava encaminhando uma pauta positiva dos moradores da Zona Rural para o prefeito bem como para todos os secretários das respectivas áreas. O Presidente concedeu a palavra para dona Nadja da APARO – Associação dos Pequenos Produtores Rurais. Ela falou sobre a luta pela preservação da Área Rural que vem sendo travada desde a década de 60. Falou sobre o crescimento desordenado e falta de presença do Estado nessas áreas rurais. Pediu ao secretário de Meio Ambiente que dê posse ao Conselho Ambiental da cidade de Olinda. Finalizou agradecendo a todos e convidando a todos para um movimento coletivo para essa preservação. O Presidente concedeu a palavra a Gilson Braga. Gilson parabenizou a Mesa, através dos vereadores Labanca e Jesuíno, pela oportunidade da discussão desse tema tão importante para a cidade de Olinda. Fez um apelo ao prefeito Lupércio e seus secretários para que as políticas públicas venham a se efetivar com mais rapidez. Citou o retorno do lixão de Aguazinha, que passou a ser um aterro, mas infelizmente, por falta de efetivação de políticas, existem pessoas catando lixo dentro do lixão de Aguazinha novamente. Citou também cerca de 4.000 pessoas que recebem, há mais de 10 anos, um auxílio-aluguel no valor de R\$120,00, valor este que não dá para fazer o pagamento dessa despesa. Falou que o Plano Diretor daria condições para que a população não sofresse com a falta de habilidade entre os gestores quando se fala nos limites entre os municípios, especialmente Olinda, Paulista e parte de Recife. Finalizou destacando a responsabilidade que os gestores e corpo técnico têm que ter quando no desempenho das suas atribuições. O Presidente concedeu a palavra a Edmilson Cordeiro. Edmilson mostrou preocupação com o Plano Diretor de Olinda, destacando questões como a Zona Rural e os limites de Olinda e Paulista. Finalizou sugerindo que fosse criado um Plano Diretor Metropolitano para que tudo funcionasse como um conjunto de ações que venha ser dada a devida continuidade. O Presidente concedeu a palavra à dona Vera Millet. Vera mostrou preocupação com relação à preservação da paisagem do Sítio Histórico, destacando as lagoas e os manguezais. Criticou a falta de compromisso das Administrações com o Plano Diretor. Criticou também a contratação de pessoal sem a devida competência para atuar na área, em detrimento da realização de concursos públicos. Finalizou pedindo para que os planos e conselhos não fossem apenas figuras de representação. O Presidente concedeu a palavra à moradora Eugênia Lima. Eugênia mostrou preocupação com a falta de monitoramento e acompanhamento do que já existe referente ao Plano Diretor. Criticou a fiscalização das leis e a falta da presença do Estado. Fez críticas ao não comparecimento de todos os vereadores nesta audiência e também reclamou da falta de efetividade dos resultados de audiências públicas. O Presidente Jesuíno Araújo explicou que todas as audiências do ano de 2017 estão tendo retornos positivos e garantiu que a Câmara está atenta a tudo o que está acontecendo na cidade de Olinda e que está de consciência tranquila quanto ao trabalho do Legislativo. O Presidente Jesuíno Araújo concedeu a palavra ao vereador Vlademir Labanca. Labanca lembrou que é importante diferenciar as atribuições de cada Poder a fim de que não haja ingerência de um Poder sobre outro. Criticou a falta de técnicos qualificados nas secretarias, tendo em vista a alta demanda de obras. O Presidente Jesuíno lembrou que as audiências públicas estão sendo transmitidas ao vivo pelo YouTube para aqueles que não puderam comparecer. O Presidente concedeu a palavra a Secretária Executiva De Planejamento Urbano, Cláudia Rodrigues. **SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO URBANO (CLÁUDIA RODRIGUES):** *“Eu queira falar rapidamente. Veja, aos colegas que falaram agora, Nadja, Gilson, Edmilson, Vera e Eugênia. Eu queria dizer que, de fato, muito do que vocês falaram eu concordo e a gente vai levar essas informações e as denúncias ao prefeito e ao secretário de Meio Ambiente. A gente, de fato, no momento, estamos sem Executivo de Meio Ambiente e de Controle Urbano, que o prefeito nos prometeu que essa semana estaria resolvido. Também esperamos que a equipe seja escolhida pela técnica porque sem a capacidade técnica, não conseguiremos fazer um bom trabalho. Da nossa parte pode contar com o nosso compromisso e interesse público, sempre foi assim. De fato, muito do que vocês comentaram são de competência do Controle Urbano e Ambiental.”* **PRESIDENTE (JESUÍNO ARAÚJO):** *“Cláudia, se puder responder, o que é que falta hoje para que a Prefeitura possa colocar realmente o Conselho da Área*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

Rural? O que falta para empossar as pessoas? Porque os moradores lá cobram, então já que se existe a lei, o que está faltando? Eu acho que isso aí já seria uma resposta positiva para alguns moradores da área rural.” **DIRETORA DE PLANEJAMENTO URBANO (MILENA CHAVES)**, “Gente, realmente a gente não está com alguém de Meio Ambiente e essas ações que estão sendo colocadas é de Meio Ambiente. A gente sabe que o Conselho Gestor da APA, que é a Zona Rural, virou uma APA, que foi uma coisa muito positiva, o decreto foi o 136/2015. Então, a instalação desse conselho gestor, a posse, no caso, dos conselheiros e as demais questões do Conselho do Meio Ambiente, a gente vai passar realmente para o setor de meio ambiente para a gente ter alguma resposta mais correta e precisa. Como está colocando também aí a questão do fundo, o que eu posso colocar para vocês, que alguns aqui fazem parte, é que a nossa Secretaria Executiva de Planejamento Urbano participou agora em 2015, 2016 do projeto de Gestão da Orla, que foi a experiência que a gente teve mais próxima, vamos dizer assim, com o meio ambiente recentemente, que o comitê teve o decreto, foi instalado e está funcionando bem. Então, essas indagações a gente vai passar para o secretário para que a gente tenha respostas mais precisas, senão vamos estar inventando aqui. Mas, quanto ao Plano Diretor, esclarecer o seguinte: o Plano Diretor é uma carta de intenções, você tem diretrizes, princípios, mas tem uma parte que é de ordenamento, que é o grosso, a coisa mais importante, que é justamente o ordenamento e ocupação do solo. Então, a partir do momento em que a gente diz que a área de entorno da Lagoa de Santa Tereza, por exemplo, é uma Zona Especial de Proteção Cultural, ela está protegida por lei. Aí a gente diz ‘mas não está sendo fiscalizado’ realmente, é um problema, mas não vamos perder o interesse no Plano Diretor. É apelo que faço, porque muita coisa a gente resguarda, se a gente não resguarda de fato, mas legalmente não vai vir ninguém, nenhum empreendedor que queira fazer alguma coisa diferente. Então, tem muita coisa sim no Plano Diretor que protege ou tem a capacidade de proteger ou de pelo menos a gente poder ver que não foi feito ou que não está sendo protegido, mas está lá registrado. Ninguém pode, por exemplo, construir mais do que atualmente 20 pavimentos na orla, mas foi discussão nas oficinas do Plano Diretor de reduzir a quantidade desses pavimentos. Então, se a gente consegue aprovar isso e coloca isso no Plano Diretor, a gente está de algum modo, mesmo que não seja eficiente a fiscalização, mas pelo menos essa parte salvaguardando. Então, é válido, é uma audiência pública, eu acho que é hora de a gente colocar os nossos questionamentos, as nossas indagações, mas não vamos perder o interesse e a fé no Plano Diretor. Só isso que tenho a dizer, muito obrigada.” **O vereador Vlademir Labanca assumiu a presidência da audiência.** **PRESIDENTE (VLADMIR LABANCA)**: “Antes de finalizar, eu acho que o questionamento deles foi um questionamento válido, que já vem sendo feito. Eu queria saber como é feita essa fiscalização pelo Controle Urbano, se existe alguma deficiência, porque de fato existem as leis, as leis têm que ser cumpridas, quando não são cumpridas, eu acho que o Controle Urbano quando tem uma parte que não quer cumprir, ele tem que se encaminhar para o Ministério Público, até para salvaguardar vocês e o Ministério Público judicializar aquele conflito ou aquela demanda que não está sendo atendida. Porque a fiscalização tem que ter, existe a lei, é uma lei que a gente não pode propor, é propositura do Executivo, eles que têm que mandar o Plano Diretor, a gente não pode criar um Plano Diretor da forma que a gente discuta com a sociedade, vocês têm que encaminhar para cá e a gente aprova ou não. Então, eu queria só saber isso: como é feita essa fiscalização. Isso aí foi questionado no Ministério Público, foi questionado com toda razão aqui, inclusive vou entrar com um pedido de informação sobre isso para ficar formal. Existe a lei, a lei não é cumprida e como é que fica? E às vezes, quando é cumprida, é cumprida para uns e outros não. Só queria tirar essa dúvida.” **SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO URBANO (CLÁUDIA RODRIGUES)**: “Veja, Labanca, eu tenho conhecimento de que a Secretaria Executiva de Meio Ambiente monitora esses espaços, ela vai ao lugar, faz monitoramento e esse trabalho estava sendo feito, quando identificava alguma irregularidade, era encaminhado ao Controle Urbano para fiscalizações. Agora, eu não saberia te dizer, dar uma avaliação, um relatório, o quanto tem sido cumprido, o quanto não, de fato a gente teria que ter as pessoas competentes na área, que são

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

responsáveis por cada caso para a gente poder responder com mais segurança. O Controle Urbano, todos sabem a dificuldade que ele tem pela quantidade de fiscais que a cidade tem, acho que é notório, todo mundo sabe que a cidade tem 9 fiscais, se eu não me engano, era o último número que eu me lembro, não sei se diminuiu. Mas não é para o Sítio Histórico, é para a cidade inteira. É claro que ninguém faz uma gestão eficiente com 9 fiscais, é óbvio que tem que se escolher e eu sei que o secretário tem colocado como prioridade o Sítio Histórico, inclusive. Claro, não tem sido perfeito, mas ele tem atuado no Sítio Histórico, tenho acompanhado um pouco de longe, mas tem tido atuações importantes, enfrentado algumas dificuldades que não vinham sendo enfrentadas nos últimos anos, mas eu não sei dizer em relação aos relatórios das áreas ambientais, a gente teria que tratar com ele e com os competentes, tem gente ainda, embora grande parte tenha sido exonerada realmente do Meio Ambiente, existe ainda um núcleo lá de pessoas, assim como o Controle Urbano.” **PRESIDENTE (VLADimir LABANCA)**: “Eu vou entrar com um pedido de informação, porque eu acho importante ter essa informação, principalmente por questão de meio ambiente. Por exemplo, a gente recebeu denúncia grave de grilagem naquela região da Zona Rural, eu recebi através do Facebook, aqui do lado na Lagoa de Santa Tereza, que estão aterrando. Essas questões são gravíssimas, mais do que outros conflitos que existem aí, porque isso aí ele não está cumprindo a lei e é crime ambiental. Então, isso tem que ser investigado.” **SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO URBANO (CLÁUDIA RODRIGUES)**: “Labanca, pode ser feito um ofício à secretaria, dando essas informações oficialmente, porque eu acho que é o ideal, que se abre um procedimento de investigação e aí é uma resposta oficial.” **PRESIDENTE (VLADimir LABANCA)**: “Combinado, eu vou fazer o requerimento porque são denúncias graves e terminam desordenando a cidade.” **SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO URBANO (CLÁUDIA RODRIGUES)**: “Milena deu uma ideia que eu achei muito boa, a gente podia também fazer, com a Câmara de Vereadores, haja vista que a composição é muito recente, assim como a gestão pública, o nivelamento do Plano Diretor, tudo o que for discutido do diagnóstico, se houver o interesse de vocês, a gente pode fazer isso aqui talvez um dia ou dois, tá bom?” **PRESIDENTE (VLADimir LABANCA)**: “Eu acho que é muito importante a participação, a participação da sociedade civil também e eu vi que tem muita reclamação aqui no relatório do Plano Diretor, se você pegar o relatório do Plano Diretor já tem vários questionamentos sobre problemas de não cumprimento. Eu até achei estranho. Tem muita crítica no relatório. A gente tem que tentar consertar isso.” O Presidente Vladimir Labanca concedeu a palavra para Alexandre De Melo (SODECA – Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta). Alexandre mostrou preocupação, dentro do Plano Diretor, principalmente com relação aos locais que continuam fechados: Cine Olinda, Clube Atlântico, Teatro do Bonsucesso. Mostrou preocupação também com relação às câmeras que ainda não foram instaladas na cidade, principalmente no Sítio Histórico. Finalizou agradecendo a todos. O vereador Vladimir Labanca agradeceu a presença de todos os presentes na audiência. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pela Presidente e pelo Secretário.



 JORGE FEDERAL - Presidente



 VLADimir LABANCA - Secretário